

# O controle externo e os ODS

## **Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo**

Possui graduação em Administração de Empresas pela Fundação de Ensino Octávio Bastos, de São João da Boa Vista, Pós-graduado em Gestão Empresarial pelo Instituto Nacional de Pós-Graduação (INPG), de São Paulo, Graduado em Ciências Biológicas – PUC, Campinas. É Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

## **RESUMO**

O objetivo deste artigo é demonstrar a importância da participação dos órgãos de controle externo nas discussões sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e enfatizar o papel do planejamento na implantação das metas criadas pela ONU. Serão citados dados que demonstram como as falhas no planejamento podem impactar a efetividade dessas propostas.

## **INTRODUÇÃO**

Vivemos um período inquietante, de grave crise econômica, rupturas políticas, intolerância crescente e pobreza extrema em várias partes do mundo. No Brasil, a situação não é muito diferente.

Prova disso é que relatório divulgado no final de novembro pela Oxfam, entidade que faz parte de uma confederação global de combate à miséria e às desigualdades, mostra que o processo de distribuição de renda estagnou no país, que a pobreza e os índices de mortalidade infantil voltaram a crescer e que a tímida equiparação de renda que vinha ocorrendo entre homens e mulheres e brancos e negros recuou.

Um cenário inadmissível em uma nação com a nona economia mundial e que este ano celebrou os 30

anos da chamada Constituição Cidadã \_ pelo menos em tese, uma Carta garantidora de direitos e do Estado Democrático.

Os brasileiros percebem que o país não só continua muito desigual, mas também que são necessárias medidas urgentes para uma maior oferta de empregos e investimento governamental eficaz em políticas sociais e serviços públicos.

Como o sistema de controle externo brasileiro deve atuar diante dessa conjuntura?

## **UMA AGENDA INTERNACIONAL, POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS**

Em nosso planejamento estratégico, definimos que uma das prioridades do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo seria justamente observar a efetividade dos programas oficiais e prezar pelos resultados mais adequados às necessidades da população paulista.

Fazer isso estimulando o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ao meio ambiente não só corresponde ao que esperamos de nós mesmos, como também significa aderir à chamada Agenda 2030, um projeto fundamental para as próximas gerações.

Foi com esse propósito que o TCESP se integrou aos esforços mundiais para o cumprimento dos chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, os ODS.

Compostos por 17 diretrizes e 169 metas, eles tratam de temas que vão da igualdade de gênero à erradicação da pobreza e da fome, passando pela preservação da vida na água e por esforços coordenados para a implementação de parcerias.

Em busca desse novo mundo, estamos hoje mais conscientes de que, para um país realmente evoluir, não é mais possível “esperar o bolo crescer para depois dividi-lo”, como pregavam os estudiosos da década de 50. Trata-se agora de colocar em prática uma concepção inclusiva de desenvolvimento e de sociedade.

A ideia, que surgiu do trabalho do indiano Amartya Sen, até hoje único ganhador do prêmio Nobel de Economia nascido em um país emergente, revolucionou o pensamento mundial.

A partir daí, ficou claro que crescer não significa apenas incrementar o Produto Interno Bruto (PIB), mas também garantir o bem-estar social. Sen afirmou ainda que é papel do Estado conter as desigualdades, oferecendo educação e saúde de qualidade e proteção às minorias.

É exatamente disso que tratam os ODS criados pela Organização das Nações Unidas (ONU). E quem melhor do que o controle externo para orientar gestores e garantir que tais diretrizes sejam cumpridas?

O assunto pode até parecer distante da realidade dos municípios, mas não é. Afinal, as políticas necessárias para reduzir desigualdades, investir corretamente em educação e saúde e promover paz, justiça e instituições fortes começam nas cidades.

Além disso, escolas de qualidade, postos de saúde funcionando e um planejamento urbano adequado são não apenas de interesse dos cidadãos, mas também medidas essenciais para que se possa caminhar em direção ao cumprimento da Agenda 2030.

É por isso que, conscientizando e aconselhando as Prefeituras sobre essas metas, estaremos criando um ambiente mais digno para a população do Estado.

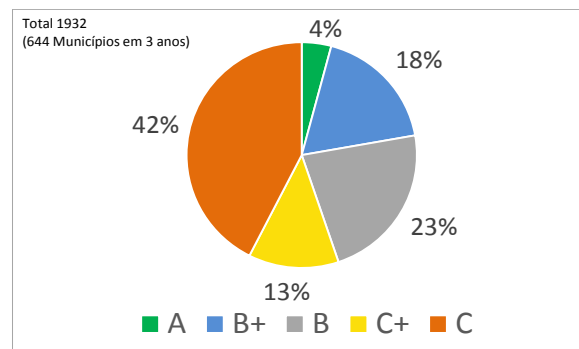
Claro que essa não é uma tarefa simples. A crise econômica e política que afeta o Brasil há pelo menos quatro anos dificulta esse projeto. Diante desse cenário, a maioria dos municípios enfrenta problemas financeiros, o que tem enorme impacto na prestação dos serviços públicos oferecidos àqueles que mais necessitam do apoio do Estado brasileiro.

Mas, tendo ocupado cargos no Legislativo e no Executivo paulista, posso garantir que é possível fazer mais e melhor com os mesmos recursos. E investir em planejamento e metas é a maneira mais eficiente de produzir resultados rápidos e efetivos.

A definição de prioridades, o redirecionamento responsável de verbas e o monitoramento das respostas geradas pelas políticas podem levar a mudanças de enorme impacto social.

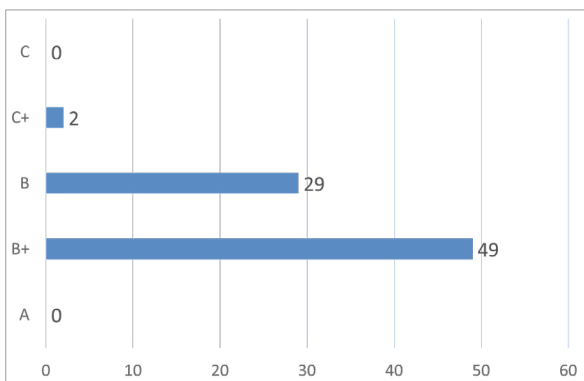
O grande problema é que, desde que foi lançado pelo TCESP em 2015, o Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) vem demonstrando que os municípios paulistas não dão importância ao assunto. Tanto é assim que, nos últimos três anos, na média, as cidades do Estado foram classificadas como C+ (em fase de adequação) no i-Planejamento.

Se levarmos em conta os três anos de nossa pesquisa, o percentual de municípios com as duas piores notas nesse quesito (C+, em fase de adequação, e C, baixo nível de adequação) chega a 55%. O equivalente, portanto, a mais da metade do total dos 644 fiscalizados pelo Tribunal.



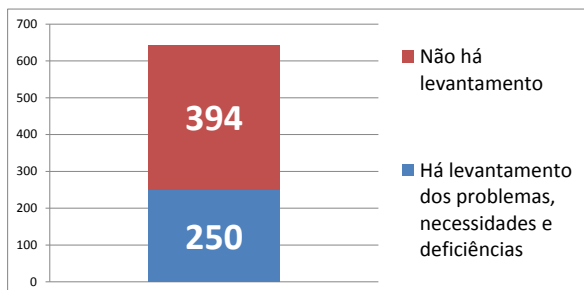
A relação direta entre planejamento e eficiência administrativa fica clara ainda quando notamos que, entre os 80 municípios que, no mesmo período, conseguiram A (altamente efetiva) no i-Plan, 49 tiveram classificação B+ (muito efetiva) no IEG-M geral. Do mesmo modo, entre os 95 avaliados como C (baixo nível de adequação) no IEG-M geral, 67 também obtiveram C no i-Plan.

i-Planejamento "A" x nota IEG-M (Somatório 2015-2017):



O IEG-M 2018, que será divulgado no início de 2019, mostra também que muitas cidades nem sequer realizam levantamentos sobre os problemas, as necessidades e as deficiências de cada área antes da formulação dos programas e das ações que guiarão o planejamento das Prefeituras.

De acordo resultados preliminares do indicador deste ano, 394 dos municípios paulistas não recolhem esse tipo de informação \_ o que, evidentemente, torna os Planos Plurianuais (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) peças de ficção.



Afinal, como é possível planejar adequadamente investimentos em áreas tão complexas quanto educação, saúde e segurança pública sem dados atualizados e confiáveis sobre esses temas?

Outra constatação assustadora é que, entre aqueles que coletam esses dados, a maioria (127 de 250) não inclui programas estaduais e federais em seus diagnósticos, o que também pode causar distorções enormes na forma de conceber políticas públicas efetivas e de qualidade.

Uma das consequências desse descaso quase generalizado em relação ao assunto é que a aderência entre as metas e os resultados dos programas acaba sendo prejudicada. Os números do IEG-M 2018 obtidos até agora revelam que em apenas 262 municípios essa relação é superior a 40%.

O lado positivo da questão é que essa conjuntura pode ser alterada com medidas relativamente simples, como a conscientização dos gestores e a orientação incansável do TCESP.

### CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi demonstrado, podemos perceber que, orientando os municípios sobre a importância do planejamento, os Tribunais de Contas podem e devem contribuir na implementação dos ODS. Afinal, mais do que agir como cães de caça, sempre à procura de falhas nas administrações, queremos atuar como cães-guia, prontos a colaborar para o constante aperfeiçoamento da administração pública. Só assim poderemos, de fato, construir o Estado e o país que queremos.